

# Bolsonaro libera 'sem juros', 'taxa zero' e 'sem acréscimo' ao sancionar projeto contra superendividamento

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou uma lei para prevenir o superendividamento do consumidor. O texto foi publicado na edição desta sexta-feira (2) do "Diário Oficial da União".

A lei define superendividamento como "a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação".

Essas dívidas incluem operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada.

As regras não se aplicam ao consumidor cujas dívidas tenham sido contraídas

mediante fraude ou má-fé, sejam oriundas de contratos celebrados com o propósito de não realizar o pagamento ou decorram da aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.

Ao fornecer crédito ou vender a prazo, o fornecedor ou intermediário deverá informar, no momento da oferta, o custo efetivo total, a taxa efetiva mensal de juros, bem como a taxa dos juros de mora e o total de encargos previstos para o atraso no pagamento, o montante das prestações e o prazo de validade da oferta, que deve ser, no mínimo, de dois dias, o nome e o endereço, inclusive o eletrônico, do fornecedor, bem como o direito do consumidor à liquidação antecipada e não onerosa do débito.

O custo efetivo total da operação de crédito ao consumidor consistirá em taxa percentual anual e compreenderá todos os valores cobrados do consumidor, sem prejuízo do cálculo padronizado pela autoridade reguladora do sistema financeiro.

Pela lei, a oferta de crédito ao consumidor e a oferta de venda a prazo, ou a fatura mensal, conforme o caso, devem indicar, no mínimo, o custo efetivo total, o agente financiador e a soma total a pagar, com e sem financiamento.

Fica proibido na oferta de crédito ao consumidor indicar que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor. Daniel Carvalho/Folhapress



## Economia



**Caixa oferece R\$ 6,3 bilhões em novas operações de crédito do Pronampe**

Página - 03

**Fenabreve revê previsões e diz que faltaram 200 mil carros no primeiro semestre**

Página - 03



**Em negócio bilionário, Loft compra fatia do BTG Pactual na CredPago**

Página - 08

**Empresários dos setores de turismo e restaurantes pedem volta do horário de verão**

Página - 08

## Política

**Após pressão do Supremo, PGR pede inquérito para apurar prevaricação de Bolsonaro no caso Covaxin**

Página - 04

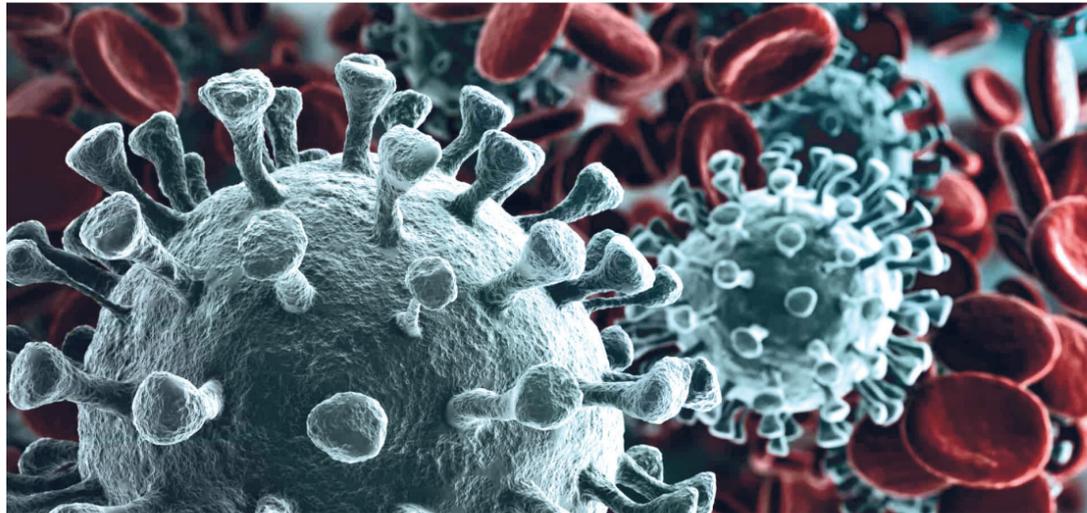
**Rosa Weber volta a cobrar Senado sobre quebra de sigilo e CPI desconfia de boicote de Pacheco**

Página - 04



## No Mundo

### OMS diz que variante Delta já está em 98 países



A variante Delta, predominante em Portugal, já está presente em 98 países, anunciou sexta (2) a Organização Mundial da Saúde (OMS), alertando que o mundo está diante de um “período muito perigoso da pandemia” de covid-19.

“A Delta foi detectada pelo menos em 98 países, propagando-se rapidamente em países com baixa e com alta cobertura de vacinas”, disse o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, em entrevista coletiva virtual partir de Genebra.

Segundo ele, o mundo enfrenta atualmente um “período muito perigoso da pandemia”, com “cenas terríveis de hospitais superlotados” em

países com baixa cobertura de vacinação e com a variante Delta, detectada inicialmente na Índia, a “continuar a mutação”, o que requer uma avaliação constante com ajustes na resposta de saúde pública.

O representante da OMS adiantou que pediu aos líderes mundiais para trabalharem em conjunto, no sentido de garantir que, em julho de 2022, 70% da população mundial estejam vacinados contra o SARS-CoV-2.

“Essa é melhor maneira de controlar a pandemia, de salvar vidas e de levar à recuperação econômica global, evitando que as variantes conseguiram se disseminar”, defendeu Tedros Adhanom, reiterando o objetivo de, em

setembro deste ano, ter 10% da população do mundo já vacinada, o que permite proteger os trabalhadores da saúde e os grupos mais vulneráveis.

Para incrementar a vacinação global, o líder da OMS adiantou que estão sendo criadas novas instalações de produção em várias partes do mundo, mas que esse objetivo pode ser acelerado com a partilha de conhecimento e de tecnologia por parte das empresas farmacêuticas.

Nesse sentido, Tedros Adhanom disse que desafiou a BioNTech, a Pfizer e a Moderna a partilharem o conhecimento para “poder acelerar o desenvolvimento de novas produções” de vacinas.

RTP/ABR

### Países anunciam apoio à criação de imposto global sobre multinacionais

A maior parte dos países que negociam a criação de um imposto global de 15% sobre as multinacionais apoiou a proposta nesta quinta-feira (01), após dois dias de negociações. Segundo comunicado da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgado há pouco, 130 das 139 nações e jurisdições envolvidas nas conversas deram seu aval. Esses 130 países representam 90% do PIB mundial.

A taxa será aplicada a grandes empresas com operações em vários países, independentemente de onde estão instaladas suas sedes. Isso inclui as chamadas ‘big techs’ como Google, Facebook, Apple e Amazon.

A implementação será detalhada em um plano conjunto que deve ser concluído

em outubro. De acordo com a OCDE, a nova taxa vai elevar a arrecadação com impostos em US\$ 150 bilhões.

A proposta havia sido previamente aprovada na reunião do G-7 no início do mês e deve ser endossada em encontro de ministros de Finanças do G-20 na próxima semana.

“Depois de anos de trabalho e negociações intensas, este pacote histórico de medidas garantirá que as grandes empresas multinacionais paguem sua parte justa de impostos em todo o mundo”, declarou o secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, em um comunicado.

Um pequeno grupo de países, entre eles Irlanda e Hungria, muito relutantes em relação à proposta de acordo que estava sendo negociada, não assinou a declaração, seguindo a lista fornecida pela organização. IG



### Brasil pode negociar compromissos ambientais com a UE, diz chanceler



Em Portugal para sua primeira viagem internacional como chefe da diplomacia brasileira, o ministro Carlos França afirmou, na manhã desta sexta-feira (2), que o Brasil está disposto a negociar compromissos ambientais adicionais no âmbito do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia.

O governo brasileiro, porém, não quer reabrir as negociações do acordo, assinado em meados de 2019 após 20 anos em discussão. A proposta é a inclusão de um documento anexo com compromissos ambientais.

“Sim, nós estamos dispostos a negociar um docu-

mento paralelo, uma side letter, como se diz no jargão. O que nós não queremos é que o acordo seja reaberto por essas questões, porque nós entendemos que já há avanços significativos nesta área [ambiental]”, disse.

A declaração foi feita em entrevista coletiva conjunta com seu homólogo luso, Augusto Santos Silva. O acordo entre a União Europeia e o Mercosul foi um dos principais temas da reunião entre os dois ministros.

Carlos França afirmou que o meio ambiente é uma prioridade para o Brasil e enumerou algumas ações recentes do governo, como o decreto presidencial que proíbe

queimadas em todo país pelos próximos 120 dias, assinado na última terça-feira (29).

A política ambiental do governo de Jair Bolsonaro, com destaque para o aumento significativo do desmatamento e dos incêndios na floresta amazônica, é considerada o principal entrave para implementação do acordo com a União Europeia.

Alguns países do bloco, como a França, já se manifestaram publicamente contra a implementação do tratado com as atuais políticas ambientais brasileiras.

Portugal, no entanto, é um dos principais fiadores do acordo junto aos líderes europeus. Giulina Miranda/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## Caixa oferece R\$ 6,3 bilhões em novas operações de crédito do Pronampe



A partir de sexta (2), micro e pequenas empresas têm à disposição R\$ 6,3 bilhões em crédito pelo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). O dinheiro será emprestado pela Caixa Econômica Federal, que teve a ampliação do orçamento para a linha de crédito autorizada pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO).

O FGO é o fundo que cobre eventuais inadimplências nos contratos do Pronampe e reduz o risco das operações para os bancos, permitindo que as instituições financeiras ampliem os empréstimos.

Banco que lidera a concessão de créditos no Pro-

nampe, a Caixa emprestou, desde o ano passado, R\$ 15,6 bilhões. Inicialmente criado no ano passado para socorrer negócios de pequeno porte afetados pela pandemia, o programa tornou-se permanente neste ano, com o objetivo de consolidar as empresas de menor porte como agentes de sustentação, de transformação e de desenvolvimento da economia nacional.

Só podem contrair empréstimos no Pronampe microempresas com receita bruta de até R\$ 360 mil ou pequenas empresas com receita bruta de até R\$ 4,8 milhões em 2020. As operações têm 48 meses (quatro anos), com 11 meses de carência (pausa para o pagamento da

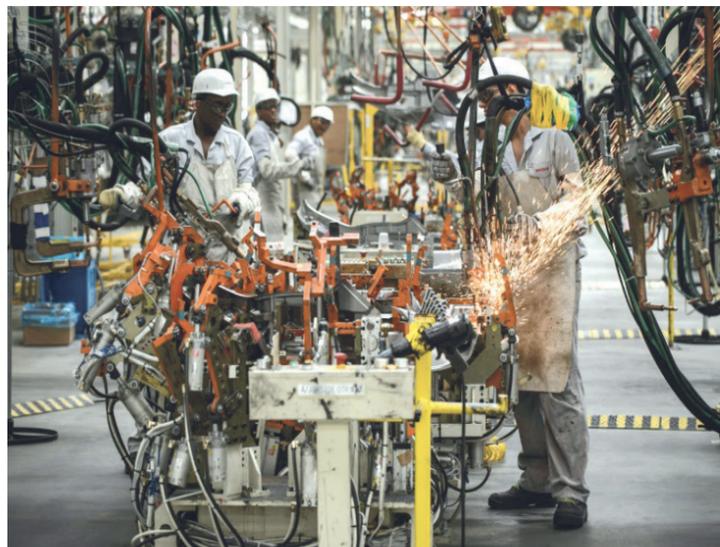
primeira prestação) e financiamento em 37 parcelas.

Os juros equivalem à taxa Selic (juros básicos da economia) mais 6% ao ano. Atualmente, a Selic está em 3,5% ao ano. Cada empresa poderá pegar até R\$ 150 mil em crédito, somadas as operações já contratadas.

Os recursos podem ser usados para investimentos e capital de giro isolado ou associado ao investimento. Dessa forma, além de realizarem reformas e adquirirem máquinas e equipamentos, as micro e pequenas empresas podem usar os recursos do Pronampe para despesas operacionais, como pagamento de salário e compra de matérias-primas e de mercadorias.

Wellton Máximo/ABR

## Produção industrial avança 1,4% após três meses de baixas



Após três meses consecutivos de baixas, a produção industrial brasileira voltou a crescer no país. Em maio, avançou 1,4% na comparação com abril. O IBGE divulgou o resultado nesta sexta-feira (2).

Com o desempenho, o setor retoma o patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020. Esse nível havia sido perdido no último mês de abril.

Em relação a maio de 2020, a produção industrial teve alta de 24%. No quinto mês do ano passado, as fábricas sofriam com as primeiras perdas geradas pela crise sanitária.

Os resultados vieram em patamar um pouco abaixo do esperado pelo mercado. Analistas consultados pela

## Fenabreve revê previsões e diz que faltaram 200 mil carros no primeiro semestre

A Fenabreve, entidade que representa os distribuidores de veículos, revisou para baixo as projeções de vendas para 2021. Os novos números consideram a crise gerada pela escassez de componentes e os problemas no fornecimento de energia esperados para o segundo semestre.

A entidade prevê que a comercialização de veículos leves e pesados terá alta 11,6% na comparação com 2020. A previsão anterior era de crescimento de 16%.

Pelo novo cálculo, o ano deve terminar com 2,3 milhões de unidades emplacadas.

Alarico Assumpção Jr., presidente da entidade, disse nesta sexta (2) que, embora houvesse demanda, 200 mil veículos deixaram de ser entregues no primeiro semestre devido à falta de peças, principalmente semicondutores.

O executivo cita também a redução no ritmo de produção devido à pandemia.

A Fenabreve prevê que a retomada à normalidade só deve ocorrer no segundo trimestre de 2022.

O setor de veículos leves e pesados fechou o primeiro semestre com 1,07 milhão de unidades comercializadas. Embora comprometido pela crise, o resultado confirma a retomada: em relação a igual período de 2020, houve alta de 39% nos emplacamentos.

Segundo os dados divulgados nesta sexta pela Fenabreve, os caminhões se destacaram. Houve alta de 54,5% nas vendas no acumulado deste ano em relação a 2020. Com a demanda do agronegócio e das empresas de transporte urbano de cargas, o segmento tem filas de espera que chegam a nove meses.

Eduardo Sodré/Folhapress



agência Bloomberg projetavam elevação de 1,5% no indicador ante abril, além de crescimento de 24,9% frente a maio de 2020.

Após ser prejudicada pelo começo da crise sanitária, a indústria ensaiou reação ao longo do ano passado. Contudo, esse movimento perdeu fôlego na largada de 2021.

Segundo analistas, a piora da pandemia e a paralisação de medidas de estímulo à economia explicaram o desempenho em nível inferior no começo deste ano.

Nesta sexta-feira, o IBGE também informou que a produção industrial acumulou alta de 4,9% em 12 meses até maio. Em 2021, o indicador registra avanço de 13,1%.

André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE, afirmou

que a alta de 1,4% em maio pode ser associada a uma combinação de fatores. Entre eles, estão a base ainda fragilizada de comparação, a retomada do auxílio emergencial e o menor nível de restrições a atividades econômicas.

“A combinação de fatores explica o fato de termos em maio um comportamento diferente. A grande questão é saber se isso vai permanecer ou não”, pontuou Macedo.

O gerente da pesquisa também ponderou que, mesmo com a retomada do patamar pré-pandemia, a produção está 16,7% abaixo do nível recorde da série histórica, registrado em maio de 2011.

Dos 26 ramos industriais pesquisados, 15 tiveram altas em maio frente a abril.

Leonardo Vicelli/Folhapress

## Política

### Após pressão do Supremo, PGR pede inquérito para apurar prevaricação de Bolsonaro no caso Covaxin



Após pressão da ministra Rosa Weber, a PGR pediu ao STF a abertura de inquérito para apurar o suposto crime do presidente Jair Bolsonaro por prevaricação no caso da compra das vacinas Covaxin.

A suspeita sobre a compra de vacinas veio à tona em torno da compra da vacina indiana Covaxin, quando o jornal Folha de S.Paulo revelou no último dia 18 o teor do depoimento sigiloso do servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda ao Ministério Público Federal, que relatou pressão “atípica” para liberar a importação da Covaxin.

Com a abertura do inquérito, caso venha a ser autorizado pelo Supremo, Bolsonaro passa a ser investigado oficialmente perante

o Supremo pelo caso da Covaxin. Geralmente, nesse tipo de procedimento, a Polícia Federal e a PGR têm de pedir autorização do STF para realizar medidas investigativas.

Depois de finalizar a investigação, a PF produz um relatório, e a Procuradoria decide de denuncia os envolvidos ou se pede o arquivamento do inquérito.

Quando é caso de denúncia, a Câmara dos Deputados precisa autorizar, com o voto de dois terços dos deputados, o STF a julgar a acusação.

Se a Casa der o aval, o Supremo precisa definir se aceita a denúncia e torna o investigado em réu. Caso siga essa linha, é aberta uma ação penal que, ao final, pode resultar ou não em condenação.

Procurada, a Secom (Secretaria Especial de Comu-

nicação Social) do governo afirmou que “não se manifesta sobre a atuação de outros Poderes ou órgãos externos ao Executivo”.

Inicialmente, a Procuradoria havia pedido para aguardar o fim da CPI da Covid para se manifestar sobre a necessidade ou não de investigar a atuação do chefe do Executivo neste caso. Rosa Weber, que é relatora do caso, porém, rejeitou a solicitação e mandou a PGR se manifestar novamente sobre o caso.

Em uma decisão com duras críticas à PGR, a magistrada afirmou que a Constituição não prevê que o Ministério Público deve esperar os trabalhos de comissão parlamentar de inquérito para apurar eventuais delitos.

Matheus Teixeira/Folhapress

### Rosa Weber volta a cobrar Senado sobre quebra de sigilo e CPI desconfia de boicote de Pacheco



A ministra do STF (Rosa Weber) voltou a cobrar que a CPI da Covid se manifeste em 48 horas sobre o pedido de quebra de sigilo do empresário José Alves Filho, da Vitamedic. A magistrada enviou ofício ao senador Omar Aziz (PSD-AM), que preside a CPI, na quinta-feira (1º).

A farmacêutica produz Ivermectina, medicamento sem eficácia comprovada usado no tratamento do novo coronavírus. A Vitamedic disse à CPI que a venda de Ivermectina pela empresa aumentou 1.230% em 2020, chegando a 75,8 milhões de caixas.

### Lula mantém silêncio sobre suspeitas de corrupção no governo Bolsonaro



Desde que a CPI da Covid no Senado avançou sobre suspeitas de corrupção no governo Jair Bolsonaro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), principal adversário do presidente na eleição de 2022, não comentou em suas redes sociais sobre o caso Covaxin ou o relato de pedido de propina revelado pelo jornal Folha de S.Paulo. O fato tem sido explorado por adversários do petista.

Nas redes, o silêncio de Lula foi questionado pelo também presidencialista e por políticos que defendem a chamada terceira via, como o deputado federal Kim Kataguiri (DEM-SP). O movimento cresceu na quarta-feira (30), quando a hashtag “Lula sumiu” alcançou o ranking de assuntos mais comentados no Twitter.

Naquele dia foi protocolado o superpedido de impeachment de Bolsonaro, que reúne setores da esquerda e da direita. A falta de manifestação de Lula foi lida por políticos como parte da

estratégia do petista de, em vez de apoiar a remoção do presidente, trabalhar para desgastá-lo até 2022 e vencê-lo nas urnas, como indicam as pesquisas atuais.

No fim do dia, Lula tuitou sobre o superpedido de impeachment, mas ainda mantém o silêncio sobre as suspeitas de corrupção.

“Parablenzo as forças de oposição ao Bolsonaro e os movimentos sociais que conseguiram unificar os mais de 120 pedidos de impeachment pra pressionar o [presidente da Câmara, Arthur] Lira. Espero que as manifestações de rua convençam o presidente da Câmara a colocar em votação”, publicou o ex-presidente.

Para o Lula, evita tratar do tema de corrupção por também ter tido casos em seu governo, notadamente o mensalão e a corrupção na Petrobras, investigada pela Operação Lava Jato. O próprio presidente, porém, teve condenações da Lava Jato anuladas, e o ex-juiz Sergio Moro foi considerado parcial pelo STF.

Carolina Linhares/Folhapress

Senadores da CPI desconfiam que a advocacia do Senado está protelando responder os despachos e que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), estaria boicotando os trabalhos da CPI.

No dia 16 de junho, a CPI determinou uma série de quebras de sigilos telefônico, telemático, fiscal e bancário de diretores de empresas farmacêuticas. Além da suspeita de favorecimento do governo Bolsonaro a essas empresas, os senadores também querem apurar se os laboratórios financiam entidades e associações médicas que passaram a defender me-

dicamentos sem eficácia para o tratamento da Covid-19.

José Alves Filho recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF). No dia 22 de junho, a ministra Rosa Weber solicitou informações e pediu à CPI que se manifestasse sobre o recurso, no prazo de 48 horas.

Sem respostas, a magistrada reforçou o pedido, estabelecendo o mesmo prazo, em um despacho de 30 de junho. “Verifico que o órgão coator absteve-se de prestar as informações solicitadas (...) Sendo assim, reitere-se o ofício requisitório, instruindo-o com cópia do presente despacho. Prazo: 48h”, escreveu.

Mônica Bergamo/Folhapress

## Após dois dias de alta, juros têm queda, limitada pelo risco político

Os juros futuros oscilaram em leve queda durante todo o dia, estancando a trajetória altista percorrida nas duas últimas sessões. O noticiário político não trouxe fatos capazes de piorar a percepção de risco já ruim do mercado, nem de melhorar, e a agenda de indicadores, com Payroll nos Estados Unidos e produção industrial no Brasil, foi relativizada, também sem causar alterações nas apostas para a política monetária nem aqui nem lá.

As taxas se moveram entre margens estreitas, com pouco fôlego, na medida em que o cenário econômico segue cheio de incertezas, desestimulando a montagem de posições. Numa semana de temperatura quente em Brasília, a curva fechou com algum ganho de inclinação ante o encerramento da última sexta-feira.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 encerrou em 5,68%, de 5,732% na quinta no ajuste, e a do DI para janeiro de 2023 caiu de 7,128% para 7,07%. O DI para janeiro de 2025 terminou com taxa de 8,15%, de 8,175% na quinta, e a do DI para janeiro de 2027 passou de 8,613% para 8,60%.

O spread entre as taxas para janeiro de 2022 e janeiro de 2027 ficou em 292 pontos-base, de 286,5 pontos na sexta-feira passada.

O ruído político ampliado durante a semana – tanto vindo das denúncias no caso Covaxin quanto de corrupção na compra de vacinas da AstraZeneca – desgasta o governo e traz pessimismo sobre a agenda econômica. O operador de renda fixa da Nova Futura Investimentos André Alírio diz que há receios de que o andamento das reformas seja paralisado se o governo passar a operar no modo de sobrevivência. “São questões que entraram no radar e devem sair só depois das eleições”, afirmou.

IstoéDinheiro

REC Cumbica S.A. CNPJ/MF nº 23.851.994/0001-55									
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto pelo (prejuízo) lucro por ação)									
Balancos Patrimoniais			Demonstrações de Resultados				Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto		
	2020	2019		2020	2019		2020	2019	
<b>Ativo</b>			<b>Receita líquida</b>	48.941	46.122	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	41.853	20.650	
<b>Circulante</b>	12.396	5.271	Custo dos serviços prestados	(7.858)	(7.848)	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social			
Caixa e equivalentes de caixa	1.761	683	<b>Lucro bruto</b>	41.083	38.274	<b>Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>			
Contas a receber	10.168	4.192	<b>Despesas operacionais</b>			Juros e encargos financeiros líquidos		16.739	
Despesas antecipadas	467	395	Despesas gerais e administrativas	(1.268)	(968)	Depreciações e amortizações	7.858	7.848	
Impostos e contribuições a compensar	–	1	Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	1.874	(10)	Provisão para ajuste ao valor recuperável	(1.874)	11	
<b>Não circulante</b>	200.515	245.464	<b>Resultado financeiro</b>	41.689	37.296	Variação nos ativos operacionais:			
Impostos diferidos ativos	–	39.059	Despesas financeiras	(10)	(16.788)	Contas a receber	(6.048)	(188)	
Contas a receber	72	–	Resultado financeiro Líquido	174	142	Despesas antecipadas	(72)	(145)	
Propriedades para investimentos	200.443	206.405	<b>Lucro operacional e antes do IRPJ e da CSLL</b>	41.853	20.650	Impostos e contribuições a compensar	1	(1)	
<b>Total do ativo</b>	212.911	250.735	<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			Variação nos passivos operacionais:			
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			Correntes	(5.558)	(5.232)	Contas a pagar		356	(68)
<b>Circulante</b>	3.454	2.509	Diferidos	(33.453)	3	Obrigações fiscais		17	4
Contas a pagar – partes relacionadas	1.320	880	<b>Lucro líquido do exercício</b>	2.842	15.421	Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.431)	(5.176)	
Contas a pagar	503	147	Lucro por ação	0,01	0,10	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	36.660	39.674	
Obrigações fiscais	168	151				<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.463	1.331				Adições às propriedades para investimentos	(22)	–	
<b>Não circulante</b>	–	5.611				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(22)	–	
Impostos diferidos passivos	–	5.611				<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Patrimônio líquido</b>	209.457	242.615				Pagamento de principal de empréstimos	–	(190.313)	
Capital social	257.474	293.474				Pagamento de juros de empréstimos	–	(18.272)	
Prejuízos acumulados	(48.017)	(50.859)				Partes relacionadas	440	(15.981)	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	212.911	250.735				Redução de Capital	(36.000)	–	
						Integralização de capital social	–	181.584	
						Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(35.560)	(42.982)	
						<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	1.078	(3.308)	
						<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
						No início do exercício	683	3.991	
						No fim do exercício	1.761	683	
						<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	1.078	(3.308)	

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

## Dólar sobe no dia e acumula alta de 2,34% na semana com quadro político



Depois de uma manhã volátil, em que chegou a ser negociado abaixo do piso de R\$ 5,00, com investidores digerindo dados do mercado de trabalho nos Estados Unidos e o noticiário político doméstico, o dólar andou de lado ao longo da tarde e, a despeito da queda generalizada da moeda norte-americana frente a divisas emergentes e de recuo do índice DXY, manteve-se sempre acima R\$ 5,00. Com mínima de R\$ 4,9881 e máxima de R\$ 5,0738, o dólar encerrou os negócios em leve alta (de 0,16%), a R\$ 5,0533.

Na semana, o dólar à vista acumulou valorização de 2,34%, atribuída por especialistas à cautela nas mesas de operação por conta do risco político e das dúvidas sobre o impacto da reforma tributária nos fluxos de recursos, o que inibe as apostas a favor do real e aumenta a demanda dos agentes por proteção (hedge).

Dados mistos do relatório de emprego (Payroll) nos Estados Unidos provocaram leituras distintas e fizeram o dólar chacoalhar nas primeiras horas do dia. A economia norte-americana criou 850 mil empregos em junho, acima da mediana de Projeções Broadcast (800 mil). Em contrapartida, a taxa de desemprego subiu de 5,8% para 5,9%, quando o esperado era de queda para 5,7%. Além disso, o salário médio por hora cresceu menos que o esperado.

No fim das contas, prevaleceu a leitura de que o relatório corrobora a visão de que o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) tem argumentos para postergar o início à redução do ritmo de compra de ativos (“tapering”), o que reforça o ambiente de liquidez abundante e tira um pouco do fôlego global do dólar no curto prazo.

IstoéDinheiro

**Comissão Pró-Fundação da ABRALEGAL**  
Associação Brasileira das Agências e Veículos Especializados em Publicidade Legal

**Edital de Convocação de Assembleia Geral de Fundação**

A Comissão Pró-Fundação da ABRALEGAL – Associação Brasileira das Agências e Veículos Especializados em Publicidade Legal é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, sediada na Avenida Paulista, nº 1.079, 8º andar, conj. 822, Jardim Paulista, São Paulo/SP, vem, representada aqui por WLAMIR TADEU DE FREITAS, **CONVOCAR**, por meio do presente edital, todos os interessados, para a Assembleia Geral de Fundação da Associação, que será realizada VIRTUALMENTE, em razão das restrições sociais da pandemia, no dia 13/07/2021, às 18h30min em primeira chamada e às 19h00, em segunda chamada, com a seguinte Ordem do Dia: 1. Aprovação do Estatuto e Constituição da Associação; 2. Eleição e Posse dos membros da Diretoria; do Conselho Fiscal, Conselho de Ética e do Conselho Consultivo; 3. Definição de valores das cotas de associado. A reunião será realizada por meio da plataforma Google Meet, com identificação dos presentes. Por questões de segurança, o link da reunião será disponibilizado a partir de 30 (trinta) minutos antes da sua realização para aqueles que enviarem e-mail com identificação (RG e CPF) para o endereço eletrônico [consultoria@camargosilvaconsultoria.com.br](mailto:consultoria@camargosilvaconsultoria.com.br), manifestando seu interesse em participar da Assembleia. Aqueles que não puderem comparecer poderão se fazer representar por um procurador, com procuração respeitando os ditames legais e enviada até o dia anterior para o mesmo e-mail em que manifestou seu interesse. Contando com a presença e participação de todos os interessados, inscreva-se o presente edital de convocação. São Paulo, 28 de junho de 2021.

**Wlamir Tadeu de Freitas – Presidente da Comissão Pró-Fundação**

## Bolsa fecha em alta de 1,56%, a 127.621,65 pontos, com ganho de 0,29% na semana

Os investidores retomaram as compras de ações nesta última sessão da semana, o que assegurou leve ganho de 0,29% para o Ibovespa no intervalo, vindo de três semanas em que havia acumulado perdas, embora discretas. Nesta sexta, o índice de referência da B3 mostrou dinamismo no meio da tarde, renovando máximas da sessão, que o colocaram no fechamento aos 127.621,65 pontos, em alta de 1,56%, em nível ainda abaixo do observado na quinta-feira, 24 de junho, quando havia encerrado aos 129.513,62 pontos – véspera da correção de 1,74% na última sexta-feira, de reação negativa à proposta do governo de tributar dividendos, que se conjugou ao longo desta semana com a acentuação da temperatura política em Brasília, em meio a apurações de corrupção na compra de vacinas.

Na máxima desta sexta, o Ibovespa chegou aos 127.672,40 pontos, saindo

de mínima na abertura aos 125.666,79 pontos, correspondente ao fechamento do dia anterior, então no menor nível desde 28 de maio.

O giro desta sexta-feira ficou em R\$ 30,3 bilhões. No ano, o índice da B3 avança 7,23%, acumulando ganho de 0,65% neste começo de julho, após três perdas diárias seguidas na virada do mês.

“Depois da turbulência por conta do cenário político brasileiro, que descolou o mercado brasileiro dos pares internacionais, tivemos um realinhamento hoje desde a manhã, com o S&P 500 vindo de seis altas, em renovação de recorde, com avanço de 14% no primeiro semestre. Este otimismo continua a refletir os indicadores e melhor rumo para a economia global”, diz Rodrigo Franchini, sócio da Monte Bravo Investimentos. Nesta sexta, não apenas o S&P 500 mas também Dow Jones e Nasdaq fecharam em novas máximas históricas.

IstoéDinheiro

# Publicidade Legal

**ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.**  
CNPJ/MF nº 10.635.691/0001-53 – NIRE 35.300.352.432

**Ata de Reunião do Conselho de Administração de 10 de abril de 2021**  
**Data, Local e Hora:** Aos 10/04/2021, às 10h00, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Ricardo Constantino: Presidente e Marcos Máximo: Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** 1. Aprovar o Relatório da Administração, as contas da administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020. 2. Aprovar a proposta da administração para a destinação dos resultados apurados com relação ao exercício social encerrado em 31/12/2020. 3. Reeleger os seguintes membros para compor a Diretoria da Companhia, com mandato até a AGO que aprovar as contas do exercício social de 2023: **Marcos Máximo de Novaes Mendonça**, Diretor Financeiro; **José Efraim Neves da Silva**, Diretor Administrativo; **Ricardo de Souza Adenes**, Diretor de Relações com Investidores; **Guilherme Bastos Martins**, Diretor de Engenharia e **Fábio Abrúta Filho**, Diretor Presidente. 4. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. 4.1. As referidas declarações encontram-se arquivadas na sede da Companhia. Cada membro da Diretoria da Companhia ora eleito fará jus a uma remuneração anual no montante de até R\$ 35.568,00. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que, uma vez lida, aprovada e achada conforme, foi assinada pelos presentes. Assinaturas: Lins, 10/04/2021. **Mesa:** Ricardo Constantino – Presidente; Marcos Máximo de Novaes Mendonça – Secretário. JUCESP nº 215.828/21-5 em 13/05/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.**  
CNPJ/MF nº 10.635.691/0001-53 – NIRE 35.300.352.432

**Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021**  
**Data, Local e Hora:** Aos 30/04/2021, às 11h00, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Publicações:** O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020 foram publicados no DOE-SP, e no jornal "Data Mercantil", ambos na edição de 01/04/2021. **Mesa:** Antônio Roberto Beldi: Presidente e Marcos Máximo de Novaes Mendonça: Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** 1. Aprovada as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020. 2. Consignar que não houve lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2020, tendo sido apurado prejuízo no valor de R\$ 41.807.088,41 restando, portanto, prejudicada a distribuição de dividendos aos acionistas pela Companhia. 3. A verba anual global da remuneração dos administradores da Companhia será de até R\$ 62.700,00. A distribuição da remuneração anual global ora aprovada será deliberada pelo Conselho de Administração. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, aprovada e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Lins, 30/04/2021. Assinaturas: **Mesa:** Sr. Antônio Roberto Beldi – Presidente; e Sr. Marcos Máximo de Novaes Mendonça – Secretário. JUCESP nº 280.231/21-0 em 17/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**HM90 Patrimonial S.A.**  
CNPJ/ME nº 30.567.417/0001-00 – NIRE 35.300.516.940

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de agosto de 2018**  
**Data, hora e local:** 03/08/2018, às 11:00 horas, na sede social, à rua Henrique Monteiro, nº 90, 7º andar, São Paulo-SP. **Convocação e presença:** Verificada a presença de todos os acionistas, fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Presidente – Maria Pereira de Queiroz Brandão Teixeira; Secretário – Victor Brandão Teixeira. **Deliberações:** Nos termos do disposto no artigo 8º, § único do Estatuto Social, foi aprovada pela unanimidade dos acionistas a formalização da compra e venda dos imóveis constituídos pelos conjuntos 62 e 64 do Edifício Martinho Prado Uchoa, situado à rua Henrique Monteiro, nº 90, 6º andar, nesta Capital, melhor descritos e caracterizados nas Matrículas 92.064 e 92.066 do 10º Registro de Imóveis da Capital e cadastrados sob nºs.015.060.126-2 e 015.060.0128-9, objeto do compromisso de venda e compra firmado em 23/02/2018, mediante o recebimento da escritura de venda e compra aos promissários compradores ou a quem estes indicarem como consta no título, ficando a Diretora Presidente expressamente autorizada a assinar a escritura e demais atos relativos à compra e venda dos imóveis citados, nos termos do Artigo 10 do Estatuto Social. Não havendo outros assuntos a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata e, reabertos, foi lida e achada conforme e vai assinada pela Mesa e por todos os presentes. Assinaturas: **Mesa:** Presidente dos Trabalhos – Maria Pereira de Queiroz Brandão Teixeira; Secretário – Victor Brandão Teixeira. **Acionistas:** Pedro Brandão Teixeira, Thomaz Brandão Teixeira, Marcos Brandão Teixeira, Maria Pereira de Queiroz Brandão Teixeira. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro próprio. Victor Brandão Teixeira – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 387.291/18-0 em 16/08/2018. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**HM90 Patrimonial S.A.**  
CNPJ nº 30.567.417/0001-00 – NIRE 35.300.516.940

**Ata de Assembleia Geral Ordinária**  
**Data e hora:** 09/03/2020, às 12:00h. **Local:** na sua sede social, à rua Henrique Monteiro, nº 90, 7º andar, na cidade de São Paulo-SP. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme cópia da lista de presença certificada pelo Secretário que acompanha a presente. **Convocação:** Dispensada face à presença de acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto, nos termos do artigo 133, parágrafo 4º da Lei 6404/76. **Mesa:** Presidente – Sra. Maria Pereira de Queiroz Brandão Teixeira; Secretário – Sr. Victor Brandão Teixeira. **Deliberações:** dispensada a leitura dos balanços e das demonstrações financeiras pelos acionistas, foram aprovadas por unanimidade, depois de examinados os relatórios anuais e as contas da Administração, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019, cujas cópias acompanham a presente ata para serem com ela arquivadas no registro de comércio, dispensada sua publicação nos termos do artigo 294 da Lei 6404/76, com a redação dada pela Lei 13.818, de 24.4.2019. **Lavratura e Leitura de Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, por todos aprovada e vai assinada pela Presidente e pelo Secretário dos Trabalhos. Assinaturas: **Acionistas:** Victor Brandão Teixeira, Maria Pereira de Queiroz Brandão Teixeira, Pedro Brandão Teixeira, Thomaz Brandão Teixeira, Marcos Brandão Teixeira. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro próprio. Secretário – Victor Brandão Teixeira. JUCESP – Registrado sob o nº 166.490/20-9 em 26/05/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Pedreira Cachoeira S.A.** – CNPJ/MF nº 62.310.644/0001-33

**Convocação – Assembleia Geral Extraordinária**  
Ficam convidados os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem em AGE, que se realizará no dia 09/07/2021, às 11h00, na Rua Padre João Manuel, 983, 9º andar, São Paulo-SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição de diretor para ocupar o cargo vago na diretoria da sociedade, artigo 13 do Estatuto Social, com mandato até 30/04/2023; (ii) Alteração da verba global e anual da remuneração da Diretoria aprovada na AGO realizada em 30/04/2021; e (iii) Outros assuntos de interesse social. Os documentos existentes relativos ao item "ii" da ordem do dia estarão, a partir desta data, nos termos do artigo 135, § 3º da Lei nº 6.404/76, à disposição dos acionistas no endereço da sede da Companhia, podendo ser consultados mediante prévio agendamento. São Paulo, 23/06/2021. **Sérgio Luiz Aleotti Teixeira de Carvalho** – Diretor. (01, 02 e 03/07/2021)

**HM90 Patrimonial S.A.**  
CNPJ nº 30.567.417/0001-00 – NIRE 35.300.516.940

**Ata de Assembleia Geral Ordinária**  
**Data e hora:** 29/04/2021, às 12:00h. **Local:** na sua sede social, à rua Henrique Monteiro, nº 90, 7º andar, na cidade de São Paulo-SP. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada face à presença de acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto. **Mesa:** Presidente – Sra. Maria Pereira de Queiroz Brandão Teixeira; Secretário – Sr. Victor Brandão Teixeira. **Deliberações:** 1. foram aprovadas por unanimidade dos acionistas, depois de examinados os relatórios anuais e as contas da Administração, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, cujas cópias acompanham a presente ata para serem com ela arquivadas no registro de comércio, dispensada sua publicação nos termos do artigo 294 da Lei 6404/76, com a redação dada pela Lei 13.818, de 24.4.2019; 2. foi reeleita a atual Diretoria, tendo como Diretora Presidente **Maria Pereira de Queiroz Brandão Teixeira**, RG-3.419.061 (SSP/SP), CPF-609.882.158-53, e como Diretor **Victor Brandão Teixeira**, RG-3.927.444-5 (SSP/SP), CPF-528.162.498-91, cujo mandato é de 3 anos, e assinam os respectivos Termos de Posse, nos termos do § 1º do artigo 9º do Estatuto Social. **Lavratura e Leitura de Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, por todos aprovada e vai assinada por todos. Assinaturas: **Acionistas:** Victor Brandão Teixeira, Maria Pereira de Queiroz Brandão Teixeira, Pedro Brandão Teixeira, Thomaz Brandão Teixeira, Marcos Brandão Teixeira. Secretário – Victor Brandão Teixeira. JUCESP – Registrado sob o nº 231.900/21-1 em 19/05/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

comercial@datamercantil.com.br

REC Duque de Caxias I S.A.										
CNPJ/MF nº 19.835.035/0001-79										
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto pelo lucro por ação)										
<b>Balancos Patrimoniais</b>		<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b>						
Ativo/Circulante		3.617	119.860	Capital social		Reservas de capital		Lucro/Prejuízo		Total
Caixa e equivalentes de caixa		1	118.976	Subscrito		A inte-gralizar		Reserva legal		Reserva de lucros líquido do exercício
Contas a receber		2.521	291	2.000		-		-		(5.108)
Adiantamento a fornecedores		-	4	408.553 (210.755)		2.000		-		194.690
Impostos e contribuições a compensar		787	307	-		-		-		(14.742)
Outros ativos circulantes		308	282	80.076		-		-		80.076
<b>Não circulante</b>		<b>429.998</b>	<b>357.752</b>	<b>408.553 (130.679)</b>		<b>2.000</b>		<b>-</b>		<b>(19.850) 260.024</b>
Contas a receber		14.270	-	-		-		-		13.546
Impostos diferidos		12.408	7.976	(25.525)		-		-		25.525
Propriedades para investimentos		403.320	349.776	-		109.999 (109.999)		-		-
<b>Total do ativo</b>		<b>433.615</b>	<b>477.612</b>	-		-		9.371		9.371
<b>Passivo e patrimônio líquido/circulante</b>		<b>24.642</b>	<b>25.337</b>	-		-		961		(961)
Empréstimos e financiamentos		13.905	5.311	-		-		-		(4.565)
Contas a pagar		5.485	5.951	-		-		13.695		(13.695)
Obrigações fiscais		687	808	-		-		-		-
Outros passivos		-	13.267	-		-		-		(90.000)
Dividendos a pagar		4.565	-	-		-		-		-
<b>Não circulante</b>		<b>206.486</b>	<b>192.251</b>	-		-		-		-
Empréstimos e financiamentos		200.997	192.251	-		-		-		-
Impostos diferidos passivos		5.489	-	-		-		-		-
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>202.487</b>	<b>260.024</b>	-		-		-		-
Capital social		162.440	277.874	-		-		-		-
Reserva de capital		25.391	2.000	-		-		-		-
Reserva legal		961	-	-		-		-		-
Reserva de lucros		13.695	-	-		-		-		-
Prejuízos acumulados		-	(19.850)	-		-		-		-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>433.615</b>	<b>477.612</b>	-		-		-		-
<b>Demonstrações de Resultados Abrangentes</b>		<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Receita líquida</b>		<b>2020</b>		<b>2019</b>		
Lucro/Prejuízo do exercício		13.546	(14.742)	18.050		1.206		(13.025)		(19)
Outros resultados abrangentes		-	-	(5.827)		(1.884)		1.095		5
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<b>13.546</b>	<b>(14.742)</b>	<b>12.223</b>		<b>(678)</b>		<b>(11.930)</b>		<b>(14)</b>
<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto</b>		<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Despesas operacionais</b>		<b>Lucro/Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		14.602	(18.838)	(3.607)		(4.969)		14.602		(18.838)
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL		12.985	-	17.916		(13.177)		-		-
Juros e encargos financeiros líquidos		5.827	1.884	-		-		-		-
Depreciação e amortização		-	-	-		-		-		-
Ajuste a valor justo de propriedades para investimentos		(17.916)	13.177	-		-		-		-
Absorção de Prejuízo		25.525	-	-		-		-		-
Variação nos ativos operacionais:		-	-	-		-		-		-
Contas a receber		(16.500)	(291)	-		-		-		-
Impostos e contribuições a compensar		(480)	(253)	-		-		-		-
<b>Total do fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>13.546</b>	<b>(14.742)</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adiantamento a fornecedores		4	(4)	(36.256)		(154.886)		(37.099)		(154.886)
Outros ativos circulantes		(26)	(241)	-		-		-		-
Variação nos passivos operacionais:		-	-	-		-		-		-
Contas a pagar		(466)	4.752	-		-		-		-
Obrigações fiscais		(121)	430	-		-		-		-
Outros passivos circulantes		753	-	-		-		-		-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		24.187	616	-		-		-		-
Adições às propriedades para investimentos		-	-	-		-		-		-
Adição instrumentos financeiros		-	-	-		-		-		-
Caixa líquido gerado aplicado nas atividades de investimento		(37.099)	(154.886)	-		-		-		-
<b>Total do fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>(37.099)</b>	<b>(154.886)</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital – Conversão de Ações Preferenciais		162.440	-	-		-		-		-
Aumento de capital – Conversão de Ações Preferenciais		162.440	-	-		-		-		-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>162.440</b>	<b>-</b>	<b>126.019 (100.628)</b>		<b>961</b>		<b>13.695</b>		<b>-202.487</b>
<b>Demonstrações de Resultados</b>		<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Despesas financeiras</b>		<b>Despesas financeiras</b>		<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas operacionais		-	-	-		-		-		-
Despesas gerais e administrativas		-	-	-		-		-		-
Provisão para ajuste ao valor recuperável		-	-	-		-		-		-
<b>Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>26.532</b>	<b>(18.824)</b>	<b>12.223</b>		<b>(678)</b>		<b>(11.930)</b>		<b>(14)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>26.532</b>	<b>(18.824)</b>	<b>Despesas operacionais</b>		<b>Lucro/Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		
Adiantamento a fornecedores		4	(4)	(3.607)		(4.969)		14.602		(18.838)
Outros ativos circulantes		(26)	(241)	17.916		(13.177)		-		-
Variação nos passivos operacionais:		-	-	-		-		-		-
Contas a pagar		(466)	4.752	-		-		-		-
Obrigações fiscais		(121)	430	-		-		-		-
Outros passivos circulantes		753	-	-		-		-		-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		24.187	616	-		-		-		-
Adições às propriedades para investimentos		-	-	-		-		-		-
Adição instrumentos financeiros		-	-	-		-		-		-
Caixa líquido gerado aplicado nas atividades de investimento		(37.099)	(154.886)	-		-		-		-
<b>Total do fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>(37.099)</b>	<b>(154.886)</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital – Conversão de Ações Preferenciais		162.440	-	-		-		-		-
Aumento de capital – Conversão de Ações Preferenciais		162.440	-	-		-		-		-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>162.440</b>	<b>-</b>	<b>126.019 (100.628)</b>		<b>961</b>		<b>13.695</b>		<b>-202.487</b>
<b>Demonstrações de Resultados</b>		<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Despesas financeiras</b>		<b>Despesas financeiras</b>		<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas operacionais		-	-	-		-		-		-
Despesas gerais e administrativas		-	-	-		-		-		-
Provisão para ajuste ao valor recuperável		-	-	-		-		-		-
<b>Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>26.532</b>	<b>(18.824)</b>	<b>12.223</b>		<b>(678)</b>		<b>(11.930)</b>		<b>(14)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>26.532</b>	<b>(18.824)</b>	<b>Despesas operacionais</b>		<b>Lucro/Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		
Adiantamento a fornecedores		4	(4)	(3.607)		(4.969)		14.602		(18.838)
Outros ativos circulantes		(26)	(241)	17.916		(13.177)		-		-
Variação nos passivos operacionais:		-	-	-		-		-		-
Contas a pagar		(466)	4.752	-		-		-		-
Obrigações fiscais		(121)	430	-		-		-		-
Outros passivos circulantes		753	-	-		-		-		-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		24.187	616	-		-		-		-
Adições às propriedades para investimentos		-	-	-		-		-		-
Adição instrumentos financeiros		-	-	-		-		-		-
Caixa líquido gerado aplicado nas atividades de investimento		(37.099)	(154.886)	-		-		-		-
<b>Total do fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>(37.099)</b>	<b>(154.886)</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital – Conversão de Ações Preferenciais		162.440	-	-		-		-		-
Aumento de capital – Conversão de Ações Preferenciais		162.440	-	-		-		-</		

## Dagny Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 12.951.864/0001-78

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto o valor por ação)		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido									
Balancos Patrimoniais		2020		2019		Capital social		Reserva de capital		Prejuízos acumulados	
	2020	2019	Subscrito	A integralizar	A reduzir	Subscrito	A integralizar	acumulados	Total		
<b>Ativo</b>		(Não auditado)									
<b>Circulante</b>	87	1	10.071	(9.938)	-	-	-	(132)	1	(18)	1
Caixa e equivalentes de caixa	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a compensar	4	-	-	18	-	-	-	-	-	-	18
Despesas antecipadas	83	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Não circulante</b>	56.976	-	10.071	(9.920)	-	-	-	(150)	1	(6.409)	(6.409)
Propriedades para investimentos	56.976	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	57.063	1	20.142	(19.858)	-	-	-	(6.409)	2	(6.409)	(6.409)
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		(Não auditado)									
<b>Circulante</b>	421	-	62.431	(1)	(1.000)	9.999	(9.999)	-	-	1.771	1.771
Contas a pagar	410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações fiscais	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Patrimônio líquido</b>	56.642	1	62.431	(1)	(1.000)	9.999	(8.228)	(6.559)	1	(6.559)	56.642
Capital social	61.430	151	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital	1.771	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(6.559)	(150)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	57.063	1	20.142	(19.858)	-	-	-	(6.409)	2	(6.409)	(6.409)
<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto</b>											
	2020	2019	2020		2019		2020		2019		
		(Não auditado)									
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>											
(Prejuízo)/Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(7.359)	(18)	(2.495)	(18)	(1.759)	-	(1.759)	4.429	-	(1.465)	-
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:								2.964	-	2.964	-
Depreciação e amortização	1.465	-	-	-	-	-	-	(8.404)	(18)	(8.404)	(18)
Provisão para perdas esperadas de crédito	5.274	-	-	-	-	-	-	(1.945)	-	(1.945)	-
Constituição para ajuste ao valor recuperável	1.945	-	-	-	-	-	-	(7.385)	(18)	(7.385)	(18)
Variação nos ativos operacionais:											
Contas a receber	(3.708)	-	-	-	-	-	-				
Impostos e contribuições a compensar	(4)	-	-	-	-	-	-				
Despesas antecipadas	(32)	-	-	-	-	-	-				
Variação nos passivos operacionais:											
Contas a pagar	410	-	-	-	-	-	-				
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>											
Adições às propriedades para investimentos	(1.759)	-	-	-	-	-	-				
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.759)	-	-	-	-	-	-				
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>											
Reserva de capital	1.771	-	-	-	-	-	-				
Integralização de capital social	3.482	18	-	-	-	-	-				
Redução de capital social	(1.000)	-	-	-	-	-	-				
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	4.253	18	-	-	-	-	-				
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	(1)	-	-	-	-	-	-				
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>											
No início do exercício	1	1	-	-	-	-	-				
No fim do exercício	-	-	-	-	-	-	-				
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	(1)	-	-	-	-	-	-				
<b>Demonstrações de Resultados Abrangentes</b>											
	2020	2019	2020		2019		2020		2019		
		(Não auditado)									
<b>(Prejuízo) do exercício</b>	(6.409)	(18)	(6.409)	(18)	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	(6.409)	(18)	(6.409)	(18)	-	-	-	-	-	-	-

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

A Diretoria  
Leonardo Fonseca de Campos – Contador CRC 1SP 303.190/O-9

### Juno Participações e Investimentos S.A.

CNPJ nº 18.252.691/0001-86 – NIRE 35.300.453.441 ("Companhia")

#### Ata da Reunião de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021

**1. Data, Hora e Local:** Dia 30/04/2021, às 9h horas, na sede social da Companhia, na Rua Olímpias, 205, conjunto 142/143, 04.551-000, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **3. Publicações:** O relatório da administração e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social de 2020, foram publicadas no DOE-SP e no Jornal Data Mercantil, em 27/03/2021; e retificado, conforme publicações no DOE-SP e no Jornal Data Mercantil, em 06/04/2021. **4. Mesa:** Sr. Carlos Alberto Bottarelli – Presidente, Ricardo Penachio Xavier de Sá – Secretário. **5. Ordem do Dia:** 5.1. Em AGO: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) Deliberar sobre a renunção dos administradores; **6. Deliberações:** Os acionistas presentes deliberaram por unanimidade: **6.1.** Com relação ao item (i), da ordem do dia, aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020. **6.2.** Com relação ao item (ii), da ordem do dia, aprovar a proposta para que o lucro do exercício findo em 31/12/2020, no montante de R\$ 32.843.026,62, seja distribuído da seguinte forma: (a) consignar que não será destinado nenhum valor para a constituição da reserva legal, na forma prevista no artigo 193, § 1º, da LSA; e (b) R\$ 32.843.026,62 para distribuição de dividendos, já imputados os dividendos intercalares no valor de R\$ 1.255.409,31, distribuídos e pagos no exercício social de 2020 em 26.11.2020, nos termos do artigo 25, 3º, I, do Estatuto Social. **6.3.** Com relação ao item (iii), da ordem do dia, aceitar e referendar a renúncia explícita pelos administradores quanto ao recebimento de remuneração. **6.4.** Por fim, os Acionistas autorizaram que a Diretoria Executiva da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, bem como, ratificar todos os atos já praticados para tais finalidades. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 30/04/2021. Assinaturas: Mesa: Sr. Carlos Alberto Bottarelli – Presidente; Ricardo Penachio Xavier de Sá – Secretário. **Acionistas:** TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A, por Carlos Alberto Bottarelli, e Mercúrio Participações e Investimentos S.A, por Marcos Paulo Fernandes Pereira e Luiz Eduardo Barros Matara. JUCESP – Registrado sob o nº 297.202/21-2 em 23/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

### Netuno Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 21.042.919/0001-18 – NIRE 35.300.470.222

#### Ata da Reunião de Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2021

**1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 30/04/2021, às 10h30 horas, na sede social da Companhia, na Rua Olímpias, 205, conjuntos 142/143, sala L, São Paulo, SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **Publicações:** Dispensada a publicação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, referente ao exercício social de 2020. **Mesa:** Sr. Carlos Alberto Bottarelli – Presidente, Ricardo Penachio Xavier de Sá – Secretário. **Ordem do Dia:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020; e (iii) Deliberar sobre a renunção dos administradores. **Deliberações:** Instalada a AGO, o Presidente da mesa determinou a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Artigo 130, § 1º e § 2º da LSA e, após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **1.** Com relação ao item (i), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020. **2.** Com relação ao item (ii), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, tendo em vista a inexistência de prejuízo ou lucro apurado no exercício social findo em 31/12/2020, consignar que não haverá lucro a ser destinado no respectivo período. **3.** Com relação ao item (iii), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aceitar e referendar a renúncia explícita pelos administradores da Companhia quanto ao recebimento de remuneração. **4.** Por fim, os Acionistas da Companhia autorizaram que a Diretoria Executiva da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, bem como, ratificar todos os atos já praticados para tais finalidades. **Encerramento:** Não havendo nada mais a ser discutido, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual após lida seus termos em voz alta, aprovada e achada conforme foi assinada pelos presentes. Certifico e dou fé que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio assinada por todos e arquivada na sede da Companhia. São Paulo, 30/04/2021. Assinaturas: Sr. Carlos Alberto Bottarelli – Presidente; Ricardo Penachio Xavier de Sá – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 297.203/21-6 em 23/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

### REC Guarulhos II S.A.

CNPJ/ME nº 24.312.932/0001-38 – NIRE 35.300.502.396

#### Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de junho de 2021

**1. Data, Hora e Local:** Em 18/06/2021, às 10:00 horas, na sede da Companhia, em São Paulo-SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, conjunto 501, Edifício Pedro Mariz – Birmann 31, Itaim Bibi. **2. Presença e Convocação:** Dispensada a convocação, face à presença de acionista representando 100% do capital social. **3. Mesa:** (i) Presidente: Dani Ajbeszyc; e (ii) Secretário: Rômulo Otoni Andrade. **4. Deliberações:** O acionista presente, representando 100% do capital social, aprovou, sem ressalvas, as deliberações abaixo: a. Cancelamento parcial da emissão de ações aprovada pelos acionistas em 24/11/2020, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 11/12/2020 sob o número 531.243/20-5, tendo passado o capital social, naquela data, de R\$ 450.001.200,00 representado por 450.001.200 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 450.002.200,00, representado por 880.296.544 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Um aumento, portanto, de R\$ 430.295.344,48, sendo o preço de aquisição para cada ação de R\$ 1,00, sendo R\$ 430.294.344,48 para a reserva de capital e R\$ 1.000,00 para o capital social. Do referido aumento, não foi integralizado o valor de R\$ 1.000,00 no capital social, correspondente a 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em sua totalidade de titularidade do acionista GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, ora canceladas. Com a deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 450.002.200,00, representado por 880.296.544 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 450.001.200,00, representado por 880.295.544 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 450.001.200,00, representado por 880.295.544 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."** b. Com base na AGE realizada em 17/06/2021, que está em processo de registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo, ocorreu a recompra de 301.176.607 ações ordinárias do acionista GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia pela Companhia, passando o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 450.001.200,00, representado por 579.118.937 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."** c. Autorização para redução de capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo em relação a seu objeto social, nos termos do caput do artigo 173 da Lei 6.404/76, no montante de até R\$ 48.823.393,00, passando o capital social da Companhia de R\$ 450.001.200,00 representado por 579.118.937 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para, no mínimo, R\$ 401.177.800,00, representado por 530.295.544. A proposta de redução aqui contida só se tornará efetiva (a) após o decurso do prazo de 60 dias contado da data da publicação da presente ata, durante o qual eventuais credores quirografários com título constituído até antes da publicação da ata poderão opor-se à proposta de redução de capital ora autorizada, na forma do § 1º do artigo 174 da Lei nº 6.404/76 ("Oposição de Credores"); e (b) mediante a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, por meio da qual será determinado o montante em reais do capital social a ser efetivamente reduzido. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Dani Ajbeszyc: Presidente; Rômulo Otoni Andrade: Secretário. **Acionistas:** GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (p. Dani Ajbeszyc; Rômulo Otoni Andrade).

### M. Oliveira S/A

CNPJ em constituição

#### Ata da Assembleia Geral de Constituição

**Data, Hora e Local:** Ao 01/06/2020, às 10h00, na Rua Maracanã, nº 121, apartamento 316, Vila Ipojuca, em São Paulo-SP. **Subscritores Presentes:** (i) **Fabiano Augusto Vaz**, RG nº 46.018.909-8 SSP/SP e CPF/MF nº 386.391.858-40, e (ii) **Marcelo Gomes de Oliveira**, RG nº 15.666.430-6 SSP/SP e CPF/MF nº 278.484.538-98. **Mesa:** Sr. Fabiano Augusto Vaz: Presidente e Sr. Marcelo Gomes de Oliveira: Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia aprovadas por unanimidade:** **1. Estatuto Social:** Aprovado o projeto do Estatuto Social que foi rubricado por todos (Anexo I). **2. Subscrição e integralização:** Conforme boletins de subscrição, o capital social, no valor de R\$ 1.000,00, foi, neste ato, totalmente subscrito pelos acionistas e integralizado em moeda corrente nacional, através de depósito de R\$ 1.000,00, em favor da Companhia, conforme recibo que fica arquivado na sede da Companhia. **3. Constituição da Companhia:** Observadas todas as formalidades legais, foi declarada constituída a **M. Oliveira S/A**. **4. Eleição dos membros da Diretoria:** Foram eleitos: (i) **Fabiano Augusto Vaz** e (ii) **Marcelo Gomes de Oliveira**, já qualificados e que foram empossados neste ato, conforme termos de posse por eles assinados nesta data. **5. Eleição dos membros do Conselho de Administração:** Não haverá, por ora, Conselho de Administração, dispensando-se, assim, a eleição de seus membros. **6. Eleição do Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal não será, por ora, instalado, dispensando-se, assim, a eleição de seus membros. **7. Remuneração dos administradores da Companhia:** Os Administradores da Companhia não gozarão de remuneração durante seu primeiro exercício civil, ficando a remuneração para exercícios futuros para ulterior deliberação. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Assinaturas: **Mesa:** Presidente: Fabiano Augusto Vaz; Secretário: Marcelo Gomes de Oliveira. **Subscritores/Acionistas:** Fabiano Augusto Vaz; Marcelo Gomes de Oliveira. **Advogado:** Stefano Cezimbra e Dantas OAB/SP nº 421.819. **Anexo I – Estatuto Social da M. Oliveira S/A, Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. Cláusula 1ª.** A **M. Oliveira S/A** (a "Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável. **Cláusula 2ª.** A Companhia tem sua sede e foro na Rua Maracanã, nº 121, apartamento 316, Vila Ipojuca, em São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da diretoria, abrir e fechar filiais, escritórios, estabelecimentos ou outras dependências em todo território nacional e no exterior. **Cláusula 3ª.** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, exceto em instituições financeiras. **Cláusula 4ª.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Cláusula 5ª.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.000,00, dividido em mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Cláusula 6ª.** A propriedade das ações da Companhia será verificada pela inscrição do nome do acionista no livro "Registro de Ações Nominativas", e a Companhia somente emitirá certificados de ações a requerimento dos acionistas. **Cláusula 7ª.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro de 4 meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocada, com observância dos preceitos legais. Parágrafo único. A convocação será feita pelos Diretores ou por aqueles a quem a lei atribuir essa competência. **Cláusula 8ª.** A Assembleia será instalada e presidida pelo Diretores da Companhia, que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. § 1º. Na ausência dos Diretores, a Assembleia Geral será instalada por qualquer dos acionistas presentes e presidida por aquele que, dentre eles e por eles, for escolhido. § 2º. O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 horas antes da hora para a qual estiver convocada a Assembleia. **Cláusula 9ª.** Somente poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro próprio, à data da Assembleia Geral. **Cláusula 10ª.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Cláusula 11ª.** Salvo quando a lei ou este Estatuto Social exigir quórum qualificado, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computados os votos em branco. § 1º. A Companhia observará acordo de acionistas arquivado em sua sede, destinado a disciplinar, entre outras matérias, o exercício do direito de voto e o cômputo destes. § 2º. Caberá ao Presidente da Assembleia, a pedido do acionista interessado, declarar a invalidade de voto proferido com infração ao acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. **Cláusula 12ª.** A Diretoria será composta por dois Diretores, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social. **Cláusula 13ª.** Os Diretores, pessoas naturais, residentes no país, acionistas ou não, serão eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos. § 1º. O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos diretores eleitos. § 2º. Os membros da Diretoria são dispensados da prestação de garantia de gestão. **Cláusula 14ª.** A Diretoria terá a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral de Acionistas e seus membros serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Cláusula 15ª.** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, em todos os atos relativos à sua gestão e administração, será exercida em conjunto, pelos Diretores. **Cláusula 16ª.** A Diretoria da Companhia não será um órgão de deliberação colegiada. **Cláusula 17ª.** A Companhia não terá Conselho de Administração. **Cláusula 18ª.** A Companhia não terá Conselho Fiscal. **Cláusula 19ª.** O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual a Diretoria fará as demonstrações financeiras do exercício, as quais serão submetidas à Assembleia Geral Ordinária. Parágrafo único. As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros do exercício, observado o seguinte: a) 5% para a formação do fundo de reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; b) pagamento do dividendo obrigatório, fixado na Cláusula 20ª; e c) o lucro remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral. **Cláusula 20ª.** A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício. Parágrafo único. Por deliberação da Diretoria e observada a conta de lucros acumulados ou reservas de capital, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante; esses pagamentos serão compensados com o valor do dividendo obrigatório do exercício. **Cláusula 21ª.** A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, levantar balanços intermediários, intercalares e/ou extraordinários para fins contábeis ou para distribuição de lucros. **Cláusula 22ª.** A Companhia observará fielmente quaisquer acordos de acionistas que venham a ser arquivados em sua sede, sendo ineficazes em relação à Companhia quaisquer deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria que contrariem o disposto em tais acordos de acionistas. § 1º. O Presidente da Assembleia Geral não computará qualquer voto proferido contrariando disposição de acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. § 2º. A Companhia não registrará nos livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia, aos acionistas e terceiros, a alienação ou oneração de quaisquer ações em violação a acordo de acionistas na sede da Companhia. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.553.578 em 31/07/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Coroa (Suécia) - 0,5879	0,05252
Dólar (EUA) - 5,0293	Peso (Chile) - 0,006862
Franco (Suíça) - 5,453	Peso (México) - 0,2535
Iene (Japão) - 0,04519	Peso (Uruguai) - 0,1152
Libra (Inglaterra) - 6,9379	Yuan (China) - 0,7771
Peso (Argentina) -	Rublo (Rússia) - 0,06865
	Euro - 5,9597

## DÓLAR

compra/venda  
Câmbio livre BC - R\$ 5,0287 / R\$ 5,0293 \*\*  
Câmbio livre mercado - R\$ 5,0520 / R\$ 5,0540 \*  
Turismo - R\$ 5,0630 / R\$ 5,2070

(\*) cotação média do mercado  
(\*\*) cotação do Banco

Central  
Variação do câmbio livre mercado no dia: 0,17%

OURO BM&F  
R\$ 289,500

BOLSAS  
B3 (Ibovespa)  
Variação: 1,56%  
Pontos: 127.621  
Volume financeiro: R\$ 26,752 bilhões  
Majores altas: Magazine Luiza ON (4,59%), BTG Pactual UNT (4,34%), Ultrapar ON (4,24%)  
Majores baixas: Suzano ON (-1,87%), EcoRodovias ON (-1,52%), Marfrig ON (-0,98%)

## Negócios

### Em negócio bilionário, Loft compra fatia do BTG Pactual na CredPago



Com o caixa reforçado por um aporte de US\$ 425 milhões captado, em março, e seguido por uma extensão de US\$ 100 milhões, em abril, a Loft vai, pouco a pouco, reforçando o seu ecossistema com o investimento em aquisições.

A mais nova adição dessa coleção foi anunciada na manhã desta sexta-feira, 2 de julho. A proptech fechou um acordo com o BTG Pactual para a compra da fatia de 49% que o banco detém na CredPago, startup dona de um modelo que desburocratiza a relação entre imobiliárias, locadores e inquilinos.

Pelos termos do acordo, o BTG Pactual receberá o pagamento pela participação em

dinheiro, sendo uma parte à vista e o saldo em até 24 meses, e em ações de emissão da Loft. O banco informou que a operação representará um ganho de cerca de R\$ 1,4 bilhão.

Fundada em 2016, a CredPago recebeu o primeiro investimento do BTG Pactual em janeiro de 2020, com a compra de uma fatia de 20% da startup. Em julho do mesmo ano, o banco ampliou essa participação para os 49% vendidos hoje para a Loft.

Na prática, o modelo da CredPago elimina a figura do fiador nos processos de locação de imóveis. Em menos de um minuto, um sistema faz a análise do perfil de risco do inquilino e, em caso de aprovação, emite a fiança locatícia, em poucos cliques.

A receita da empresa é gerada a partir de taxas anuais cobradas do inquilino, que pode parcelar esses valores.

Antes da proptech, a Loft já havia comprado operações como a Uotel, também de locação de imóveis. Adquirida em julho de 2020, a startup foi rebatizada posteriormente de Nomah. Em setembro do ano passado, foi a vez da Invest Mais, fintech de crédito.

Em outros exemplos de sua estratégia inorgânica, em fevereiro de 2020, a Loft concluiu a compra da SPRY, empresa de pesquisa de mercado. Já em novembro de 2019, a startup assumiu o controle da Decorati, companhia de reformas de imóveis.

Neofeed

### Superintendência do Cade aprova fusão de Hering e Soma sem restrições

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou sem restrições a operação de incorporação da Cia. Hering pelo Grupo Soma, dono das marcas Animale e Farm. A decisão está publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira.

Com o fechamento do negócio, a Cia. Hering passa a ser subsidiária integral da Soma. Fechado em abril deste ano, o acordo com a catarinense Hering coloca o Grupo Soma em novo patamar entre os varejistas nacionais.

A companhia, até aqui, se limitava à atuação no mercado premium. Agora, vai para o segmento de massa. A ne-

gociação entre as empresas envolveu ações, mas também um pagamento em dinheiro de R\$ 1,5 bilhão.

“Como justificativa estratégica para o negócio, a Soma acredita que a operação representa uma oportunidade de ampliar seu mercado total, atingindo diferentes audiências, dada a complementaridade dos portfólios das requerentes, além de resultar em sinergias operacionais tanto por meio do crescimento da receita e da margem bruta quanto por meio de maior eficiência em despesas e investimento. A Cia. Hering acredita que a operação representa uma boa oportunidade de negócio e de capitalização”, cita parecer divulgado pelo Cade sobre o negócio.

Estado SP



### Empresários dos setores de turismo e restaurantes pedem volta do horário de verão



Em meio à crise hídrica e medidas do governo para evitar escassez de energia, entidades do setor de turismo e de restaurantes enviaram um documento ao presidente Jair Bolsonaro na última quarta-feira pedindo pelo retorno do horário de verão ainda em 2021.

A carta é assinada pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) e por quatro entidades do setor de turismo: a Federação das Empresas de Hospedagem, Gastronomia, Entretenimento, Lazer e Similares do Estado do Paraná (Feturismo), a Federação Baiana de Turismo e Hospitalidade do Estado da Bahia (FeTur-BA), a Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Santa Catarina (Fhoresc), a Federação de Hotéis, Restaurantes,

Bares e Similares do Estado de São Paulo (Fhoresp).

No documento enviado ao presidente, os empresários explicam que o horário de verão impacta positivamente nos negócios porque adiciona uma hora para receber turistas e clientes, apesar de não ter grande impacto no consumo de energia.

“O horário diferenciado não gera grandes reduções no consumo de energia elétrica, mas estimula a adoção de novos hábitos de consumo e reflete positivamente para bares, restaurantes e meios de hospedagem. O retorno do horário de verão representa uma valiosa ajuda do Governo Federal ao setor, que sofreu de forma desproporcional com as restrições impostas durante a pandemia”, diz o documento.

As entidades argumenta-

ram que a crise hídrica vem “alarmando” a sociedade e destacaram que medidas como a da Aneel, que pretende fazer uma campanha para incentivar o uso racional da energia, seriam semelhantes ao horário de verão.

“Desta forma, o setor do Turismo, composto por hotéis, bares, restaurantes, cadeia produtiva de eventos, com o intuito de minimizar os duros efeitos da crise, e na certeza de contar o valioso apoio do Governo Federal, apresenta o pleito de retomada do horário de verão, em especial, nos próximos anos, onde estará, ainda, em recuperação desta terrível crise”, apontam as entidades.

O fim do horário de verão foi definido em 2019 por meio de um decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro.

O Globo